



@profrobinsonguedes

Os Reflexos da **Reforma Tributária** para os Municípios





@profrobinsonguedes

QUEM É Robinson Guedes?

Para quem ainda não me conhece, sou Contador com mais de **30 anos de experiência** na Contabilidade Pública, privada e Eleitoral. Ao longo da minha trajetória, atuei como **Professor Universitário, Coordenador dos Cursos de Ciências Contábeis e Administração** e sou especialista em negócios, além de **mestrando em Administração Pública** pela **Fundação Getúlio Vargas (FGV)**. Sou também estudioso de economia, sempre buscando as melhores práticas para **otimizar a gestão financeira de empresas**.

Sou dono de uma **Startup** de contabilidade a **Contabyte Consultoria de Administração e Gestão Contábil**, atendendo mais de **600 (seiscentas)** empresas no meu dia a dia. Na **Consultoria e Contabilidade Eleitoral** estivemos presentes nas campanhas dos prefeitos eleitos de **Suzano, Guarujá, Pindamonhangaba e Santos**.

Atuo também em palestras, recentemente nas **Câmaras Municipais** de **Jandira, Santana do Parnaíba, Suzano, Mogi Mirim e Mogi Guaçu**, discutindo o **Orçamento** e o **Planejamento Público**.



Reforma Tributária

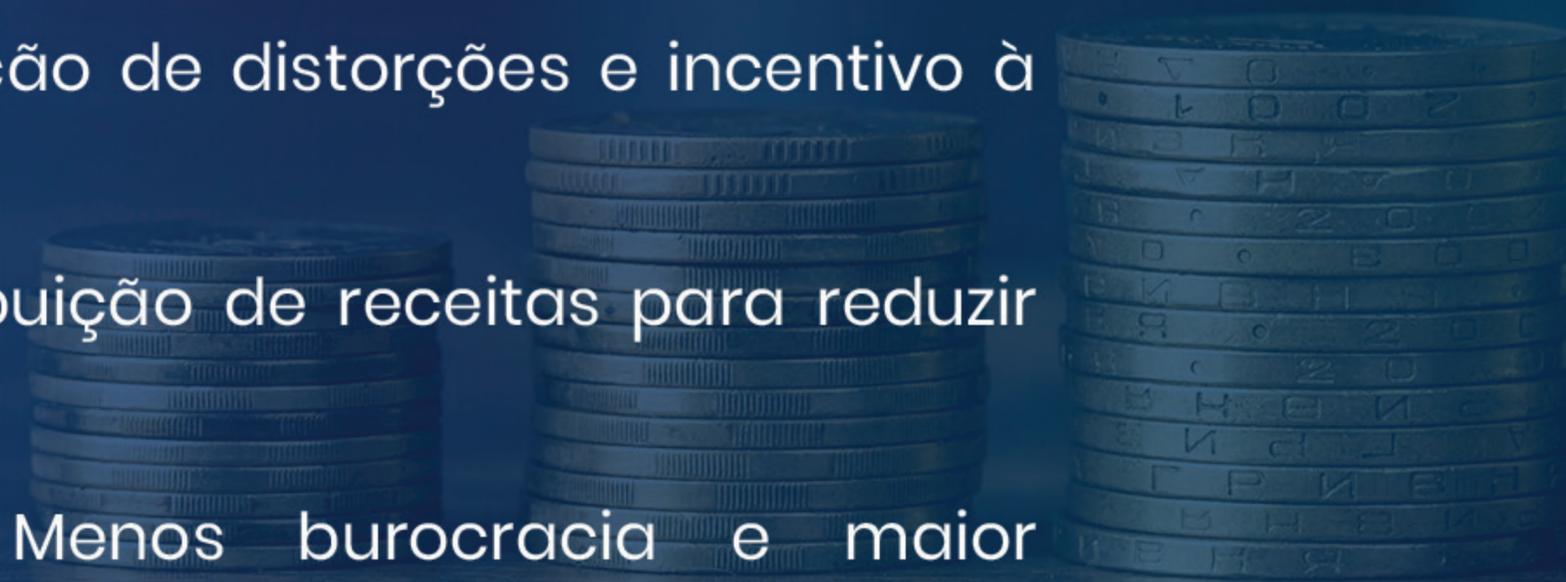
A Reforma Tributária é uma oportunidade de fortalecer a economia local e diminuir desigualdades, transferindo a arrecadação para os municípios onde o consumo acontece. Este é um chamado para construirmos juntos uma estrutura mais justa e transparente.

Contudo, cada transformação traz desafios, como a coexistência de dois regimes tributários nos próximos anos. Esta jornada exige união e adaptação, especialmente para os municípios produtores.



Três Grandes Objetivos da Reforma Tributária

- **Crescimento Sustentável:** Eliminação de distorções e incentivo à economia.
- **Justiça Social e Regional:** Redistribuição de receitas para reduzir desigualdades regionais.
- **Simplicidade e Transparência:** Menos burocracia e maior cidadania fiscal.





@profrobinsonguedes

Problemas do Sistema Tributário Atual

- **Fragmentação e Cumulatividade**
- **Complexidade Excessiva:** 460 mil normas tributárias desde a CF/1988
- **Guerra Fiscal e Litigiosidade Alta**
- **Falta de Transparência**

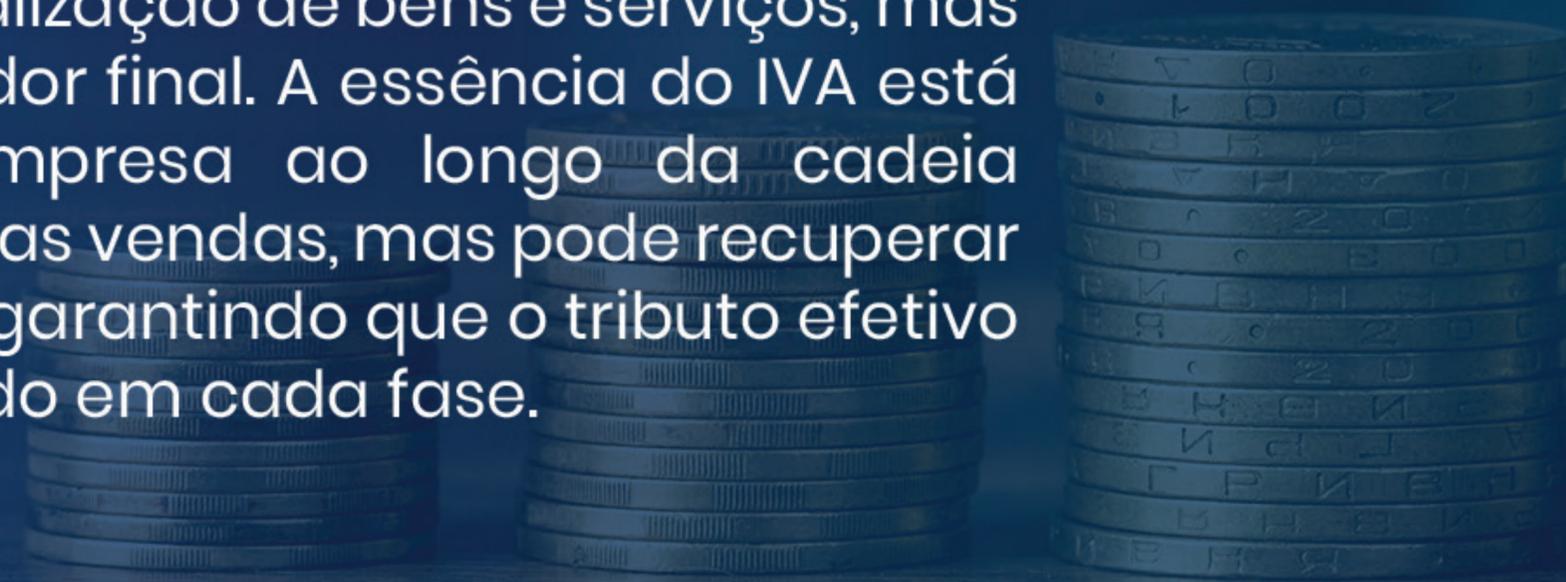




@profrobinsonguedes

O que é o IVA?

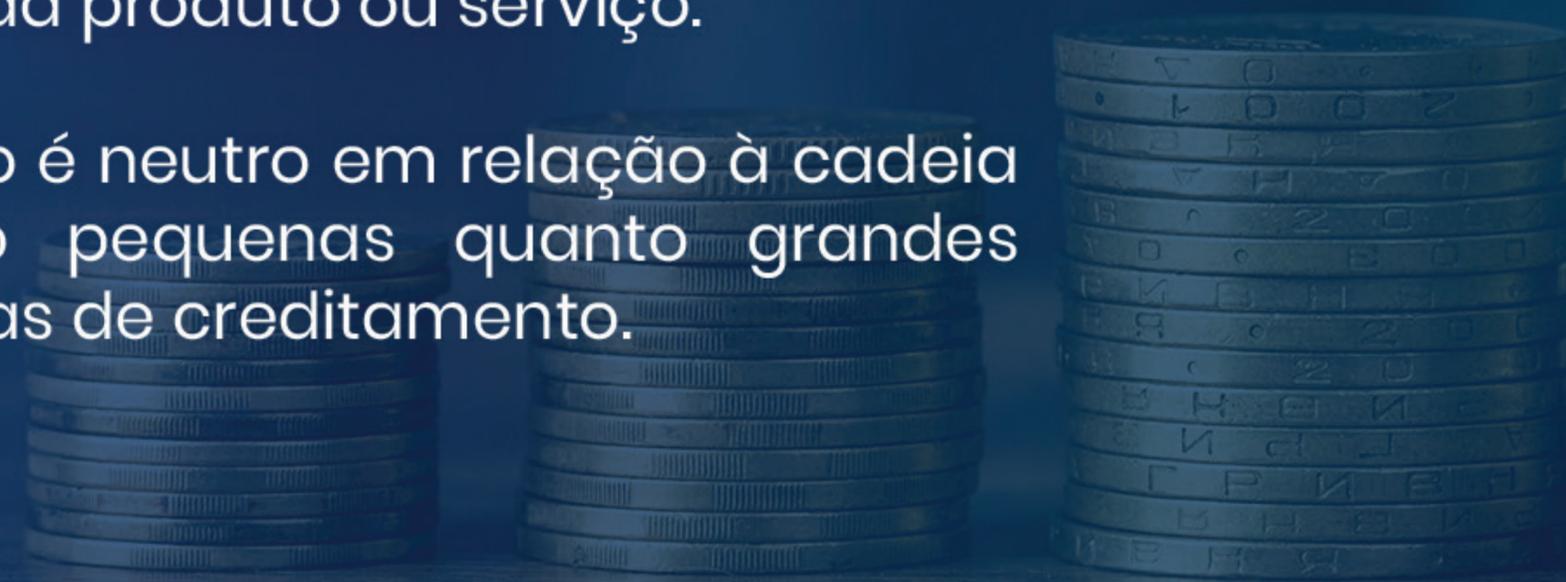
O Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) é um tributo que incide em cada etapa de produção e comercialização de bens e serviços, mas cujo ônus é transferido ao consumidor final. A essência do IVA está na **não cumulatividade**: cada empresa ao longo da cadeia econômica paga o imposto sobre suas vendas, mas pode recuperar o valor pago nas etapas anteriores, garantindo que o tributo efetivo incida apenas sobre o valor agregado em cada fase.





Benefícios do IVA:

- **Transparência Tributária:** O IVA deixa claro para o consumidor o valor exato do imposto pago em cada produto ou serviço.
- **Equidade e Neutralidade:** O imposto é neutro em relação à cadeia de produção, beneficiando tanto pequenas quanto grandes empresas, desde que sigam as regras de creditamento.





Casos de Sucesso Internacional:

O modelo do IVA tem sido amplamente adotado em diversos países ao redor do mundo, sendo considerado um dos sistemas mais eficientes para a tributação do consumo:

- **União Europeia:** Implementado inicialmente na França nos anos 1950, o IVA se espalhou por toda a Europa, tornando-se a principal forma de arrecadação tributária sobre o consumo. Países como Alemanha, França e Espanha têm utilizado o IVA com sucesso, conseguindo um equilíbrio entre arrecadação eficiente e estímulo ao consumo.
- **Canadá:** Introduziu o Goods and Services Tax (GST), uma forma de IVA, em 1991. O GST canadense ajudou a simplificar a cobrança de tributos sobre o consumo e a reduzir a complexidade do sistema anterior, melhorando o ambiente de negócios e incentivando o crescimento econômico.
- **Nova Zelândia:** Considerada uma referência global, adotou o IVA (chamado GST) em 1986, com uma alíquota única e ampla, o que simplificou o sistema e reduziu a evasão fiscal. A experiência de Nova Zelândia mostra como um sistema de IVA bem estruturado pode ser aplicado com sucesso, trazendo mais eficiência e transparência ao sistema tributário.



@profrobinsonguedes

Por que o Brasil adota o IVA agora?

Com a Reforma Tributária, o Brasil almeja seguir esses exemplos bem-sucedidos, substituindo tributos complexos e fragmentados por um sistema simplificado e transparente. A adoção do IVA, via CBS (federal) e IBS (estados e municípios), pretende alavancar o crescimento econômico, melhorar a competitividade dos produtos nacionais e proporcionar mais justiça na distribuição de recursos entre as regiões do país.

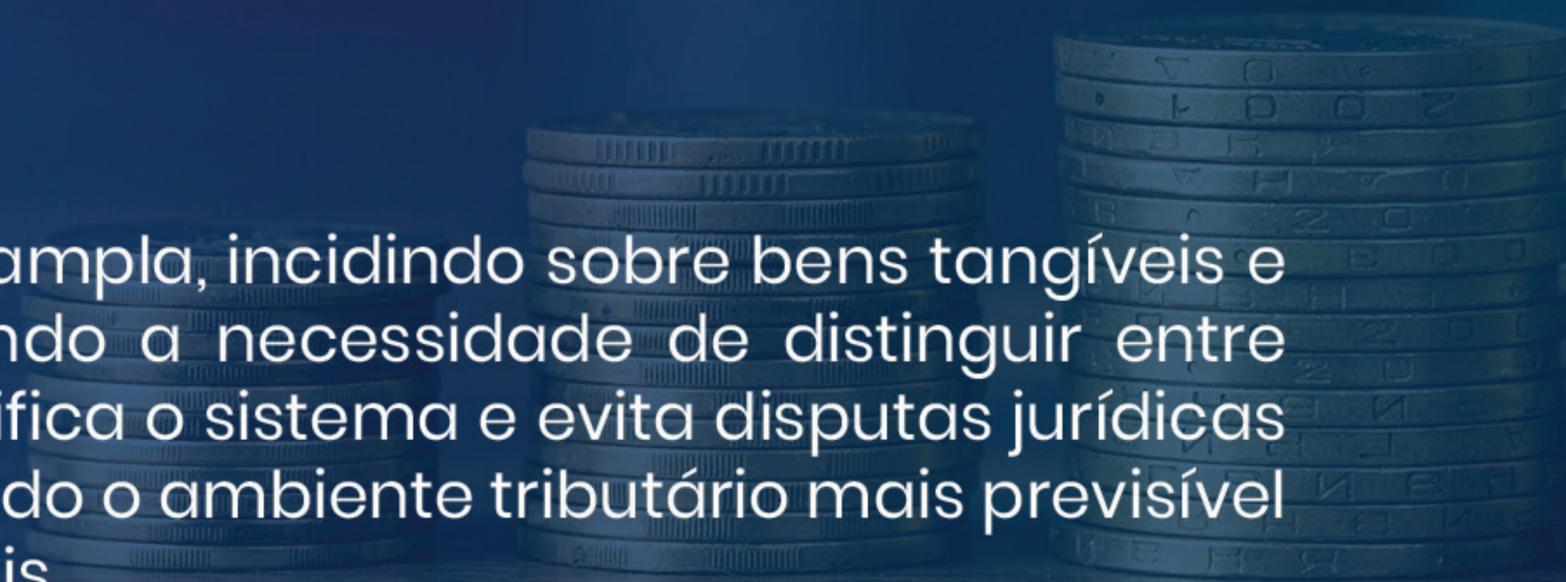


@profrobinsonguedes

Características da CBS e IBS e Impactos para os Municípios

1. Base Ampla de Incidência

A CBS e o IBS possuem uma base tributária ampla, incidindo sobre bens tangíveis e intangíveis, serviços e até direitos, eliminando a necessidade de distinguir entre produtos e serviços. Essa abrangência simplifica o sistema e evita disputas jurídicas sobre a natureza dos itens tributados, tornando o ambiente tributário mais previsível e eficiente para as administrações municipais.





Características da CBS e IBS e Impactos para os Municípios

2. Tributação no Destino

Uma das mudanças mais impactantes para os municípios é a aplicação do princípio de destino, que direciona a arrecadação dos impostos para onde os bens e serviços são consumidos, em vez do local de produção. Isso significa que municípios consumidores, como cidades-dormitório, poderão aumentar significativamente sua arrecadação. Esse modelo visa diminuir desigualdades regionais e garantir uma distribuição de receita mais equilibrada entre municípios.

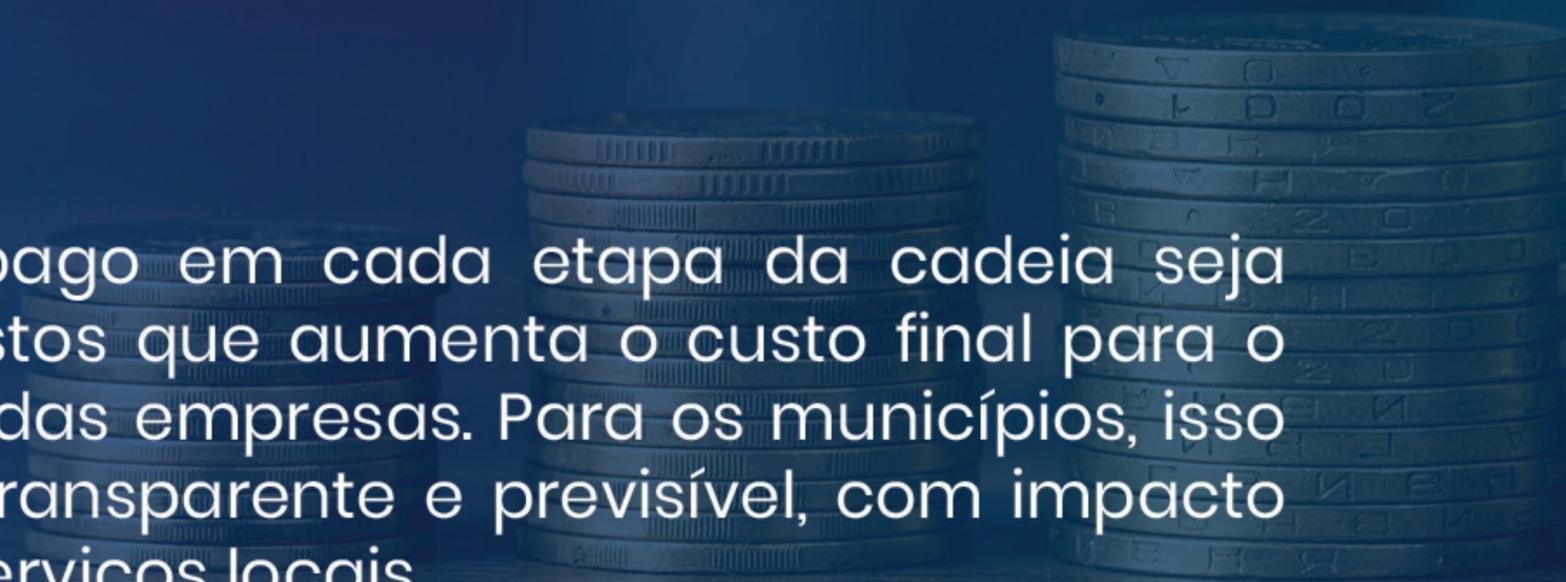


@profrobinsonguedes

Características da CBS e IBS e Impactos para os Municípios

3. Não Cumulatividade Plena

O novo sistema permite que o imposto pago em cada etapa da cadeia seja recuperado, evitando a "cascata" de impostos que aumenta o custo final para o consumidor e prejudica a competitividade das empresas. Para os municípios, isso significa uma base de arrecadação mais transparente e previsível, com impacto positivo sobre o preço final dos produtos e serviços locais.





Características da CBS e IBS e Impactos para os Municípios

4. Legislação Uniforme e Nacional

A implementação da CBS e do IBS segue uma legislação uniforme em todo o território nacional, eliminando a fragmentação tributária entre estados e municípios que hoje complica o recolhimento de impostos e aumenta os custos administrativos. Para os municípios, isso representa uma oportunidade de simplificar suas estruturas fiscais, focando em uma legislação única e padronizada que evita a necessidade de lidar com diferentes alíquotas e regimes específicos.



@profrobinsonguedes

Período de Transição da Reforma: O Caminho até 2033

1. Dupla Transição: Impacto na Sociedade e nos Entes Federativos

A transição para o novo modelo tributário, que introduz a CBS e o IBS, será dividida em duas fases distintas: uma transição geral de sete anos para toda a sociedade e uma transição de 50 anos para os entes federativos. Esse longo período visa suavizar o impacto da mudança, permitindo que estados e municípios se adaptem gradualmente às novas regras de arrecadação e distribuição tributária. A transição extensa para os entes federativos é projetada para evitar uma queda brusca na receita dos estados e municípios mais dependentes dos tributos sobre a produção.

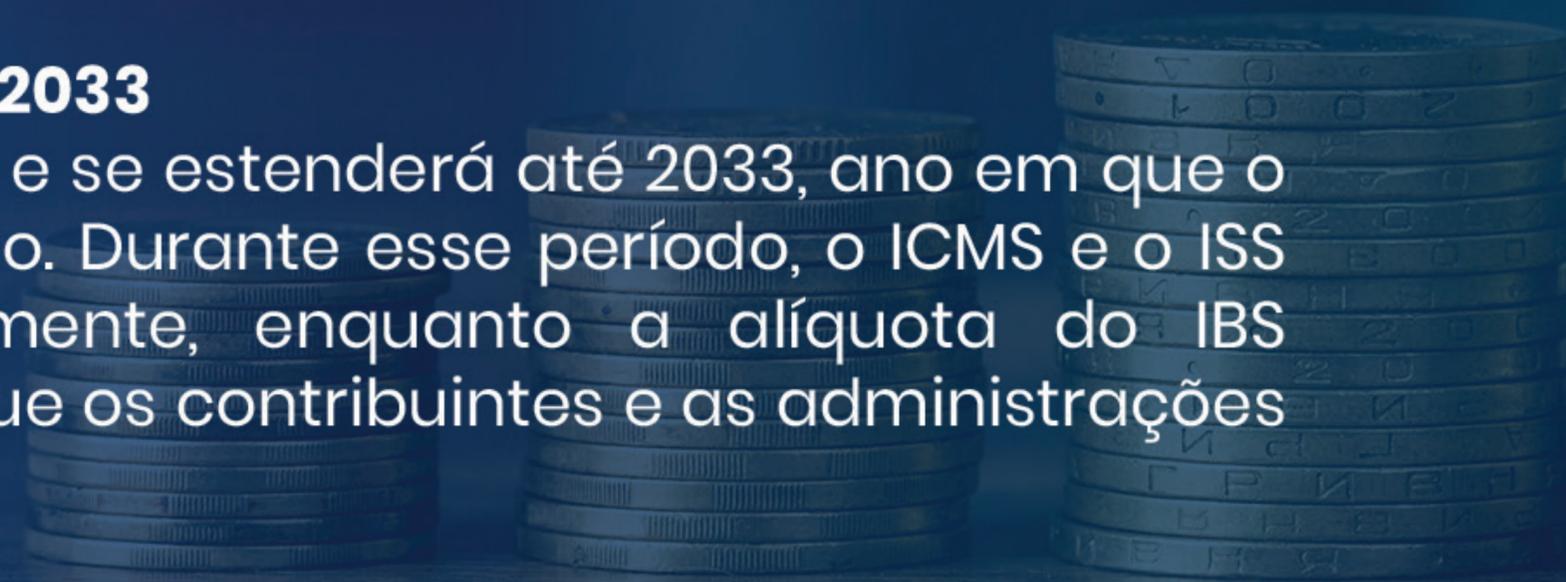


@profrobinsonguedes

Período de Transição da Reforma: O Caminho até 2033

2. Calendário de Implementação: De 2026 a 2033

O processo de transição terá início em 2026 e se estenderá até 2033, ano em que o novo modelo será totalmente implementado. Durante esse período, o ICMS e o ISS terão suas alíquotas reduzidas gradualmente, enquanto a alíquota do IBS aumentará progressivamente, permitindo que os contribuintes e as administrações municipais se adaptem ao novo sistema.





Período de Transição da Reforma: O Caminho até 2033

3. Etapas e Percentuais de Ajuste do IBS e Redução do ICMS e ISS

Entre 2029 e 2032, o IBS substituirá gradualmente o ICMS e o ISS, seguindo uma programação escalonada:

2029: A alíquota do IBS será ajustada para 10%, com redução correspondente no ICMS e ISS.

2030: O IBS sobe para 20%, enquanto o ICMS e ISS continuam a ser reduzidos.

2031: A alíquota do IBS atinge 30%, ajustando ainda mais o peso dos antigos tributos.

2032: O IBS alcança 40%, com o ICMS e ISS praticamente extintos.

2033: Conclusão da transição, com o modelo novo em vigor integralmente e extinção do ICMS e ISS.



@profrobinsonguedes

Período de Transição da Reforma: O Caminho até 2033

4. Manutenção da Carga Tributária Total e Calibragem das Alíquotas

Durante o período de transição, o Senado Federal terá a responsabilidade de revisar e ajustar anualmente as alíquotas da CBS e do IBS, garantindo que a carga tributária total não aumente em relação ao PIB. Esse mecanismo é essencial para assegurar estabilidade fiscal e confiança para investidores, ao mesmo tempo em que promove transparência para os cidadãos e alinhamento com as metas econômicas nacionais.



@profrobinsonguedes

Período de Transição da Reforma: O Caminho até 2033

5. Ajuste Gradual para os Municípios e Segurança Jurídica

A transição permitirá aos municípios ajustarem suas finanças e políticas fiscais, garantindo que os impactos da mudança sejam graduais. Esse tempo é necessário para que os municípios reavaliem suas estruturas de arrecadação e realizem mudanças nos códigos tributários locais, preparando-se para o fim do ISS e a adoção integral do IBS. O período de transição também é essencial para preservar a segurança jurídica, pois respeita os investimentos realizados anteriormente e oferece uma adaptação controlada ao novo cenário tributário.

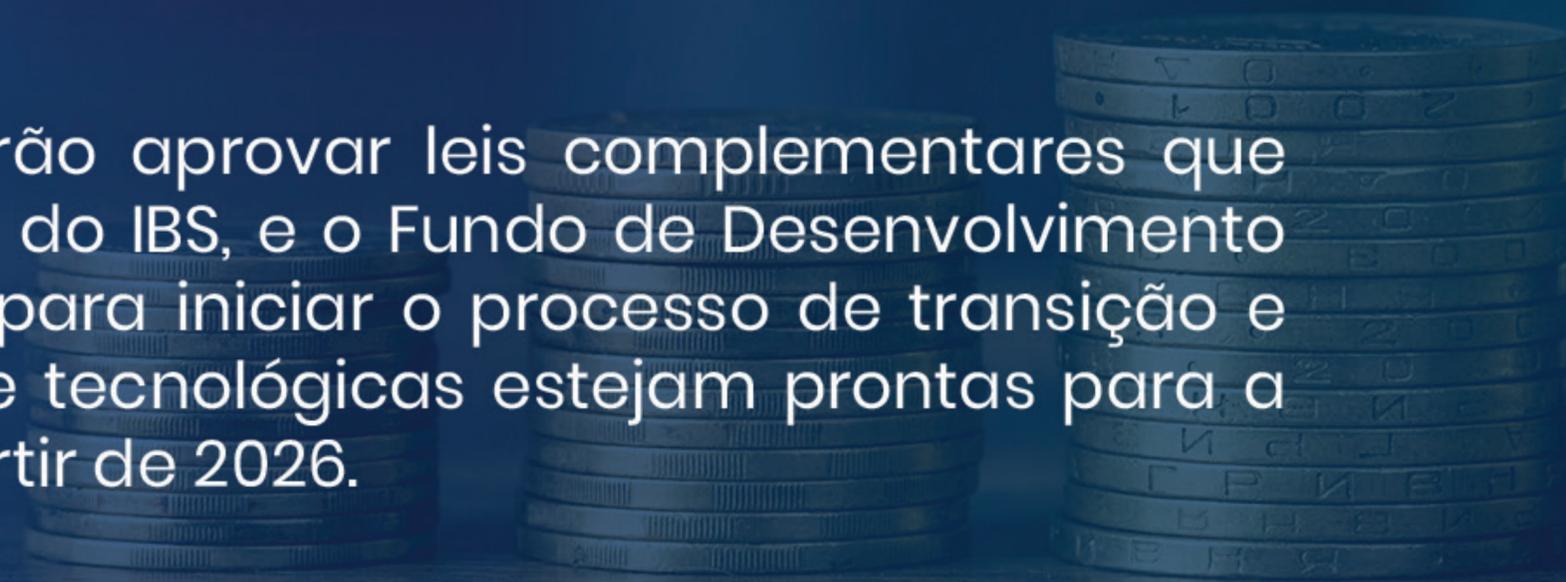


@profrobinsonguedes

Período de Transição da Reforma: O Caminho até 2033

6. Preparação para o Novo Sistema

Em 2025, os estados e municípios precisarão aprovar leis complementares que regulamentem o IBS, o Conselho Federativo do IBS, e o Fundo de Desenvolvimento Regional. Estes passos iniciais são cruciais para iniciar o processo de transição e garantir que as estruturas administrativas e tecnológicas estejam prontas para a coleta e distribuição dos novos tributos a partir de 2026.





Impacto da Reforma Tributária nas Receitas Municipais

Redistribuição de Receitas: Benefícios e Desafios para os Municípios

1. Redistribuição de Receita com a Tributação no Destino

Uma das transformações centrais da reforma é a mudança da arrecadação de tributos do local de origem (onde o produto é fabricado) para o destino (onde o consumo ocorre). Esse novo modelo favorece os municípios onde há maior consumo, especialmente aqueles com grande concentração populacional e menor base produtiva. Cidades-dormitório, situadas próximas a grandes centros urbanos, terão uma receita significativamente aumentada, reduzindo a dependência de transferências estaduais e federais.

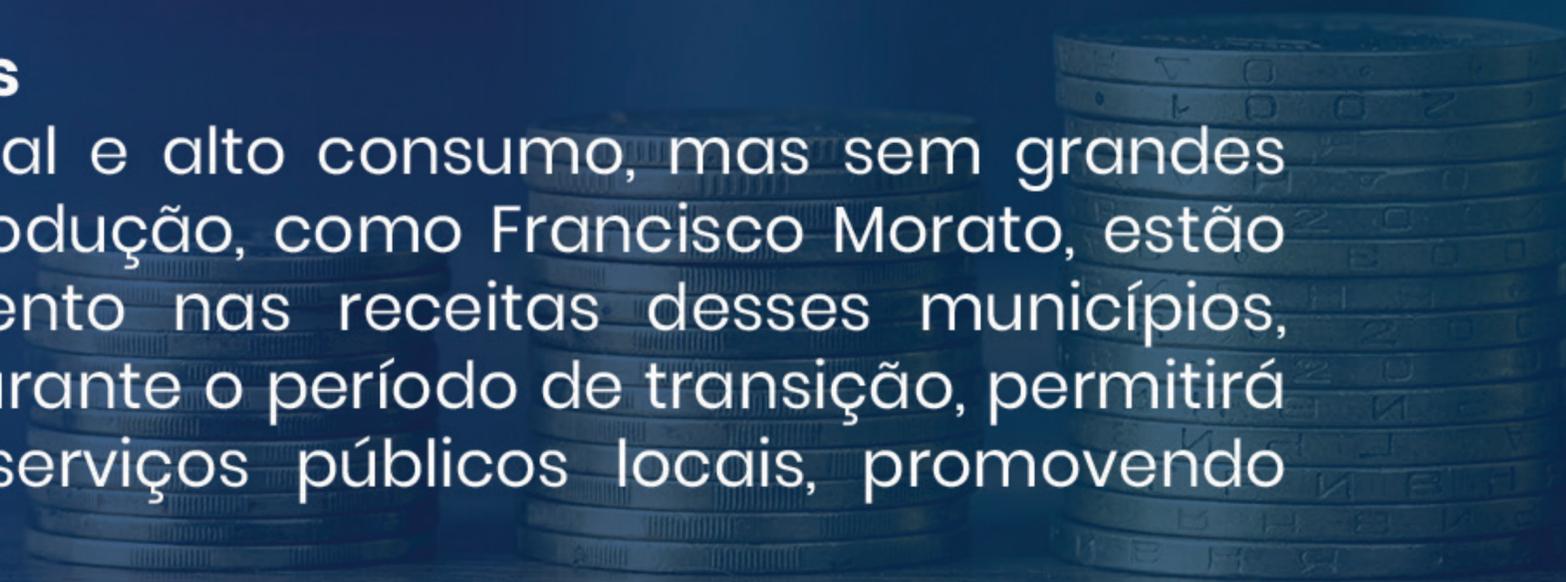


@profrobinsonguedes

Impacto da Reforma Tributária nas Receitas Municipais

2. Benefícios para Municípios Consumidores

Cidades com maior densidade populacional e alto consumo, mas sem grandes indústrias ou atividades econômicas de produção, como Francisco Morato, estão entre os principais beneficiados. O aumento nas receitas desses municípios, estimado em uma média de 5,9% ao ano durante o período de transição, permitirá mais investimentos em infraestrutura e serviços públicos locais, promovendo desenvolvimento social e econômico.



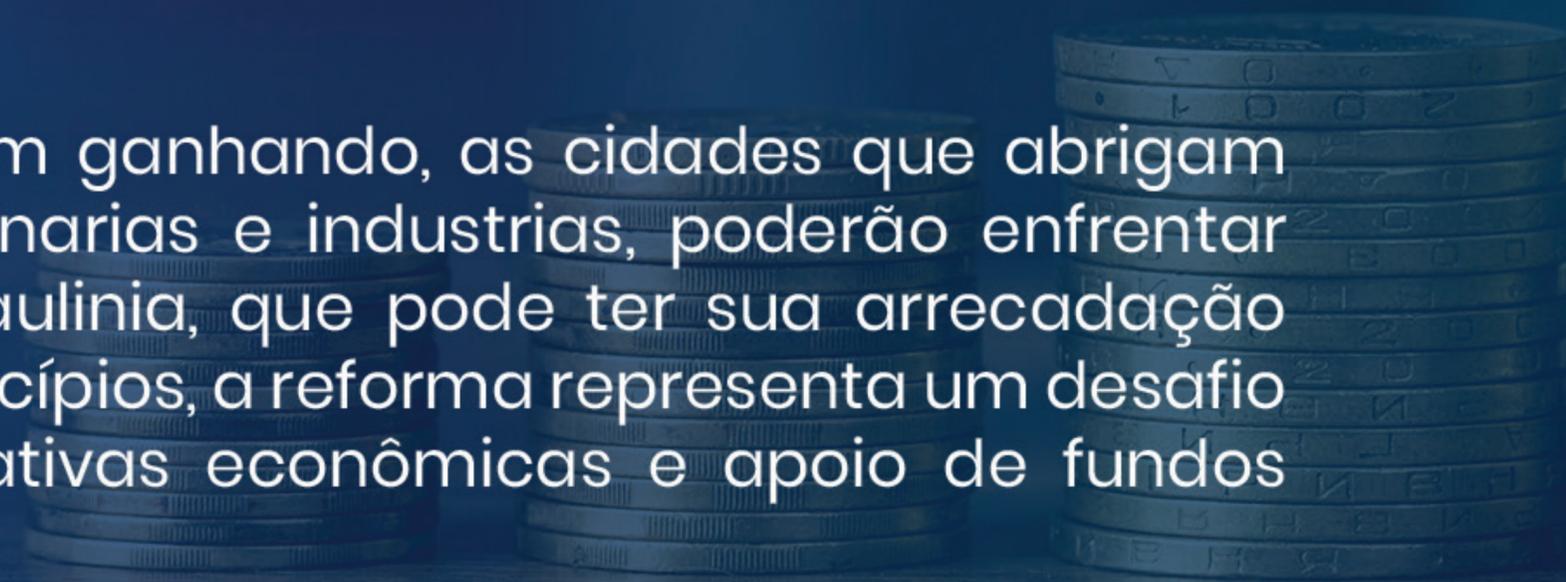


@profrobinsonguedes

Impacto da Reforma Tributária nas Receitas Municipais

3. Riscos para Municípios Produtores

Enquanto os municípios consumidores saem ganhando, as cidades que abrigam grandes unidades de produção, como refinarias e indústrias, poderão enfrentar quedas de arrecadação. Um exemplo é Paulínia, que pode ter sua arrecadação reduzida em até 1,8% ao ano. Para esses municípios, a reforma representa um desafio considerável, exigindo a busca por alternativas econômicas e apoio de fundos compensatórios.





@profrobinsonguedes

Impacto da Reforma Tributária nas Receitas Municipais

4. Redução das Desigualdades Regionais

Com a arrecadação orientada ao destino, a reforma busca corrigir uma histórica desigualdade na distribuição de recursos, beneficiando regiões menos desenvolvidas, onde a população é numerosa, mas os recursos são escassos. Estudos mostram que a diferença de receita per capita entre municípios ricos e pobres será reduzida significativamente, promovendo uma distribuição de receitas que favorece as localidades mais vulneráveis e amplia o acesso a serviços essenciais.

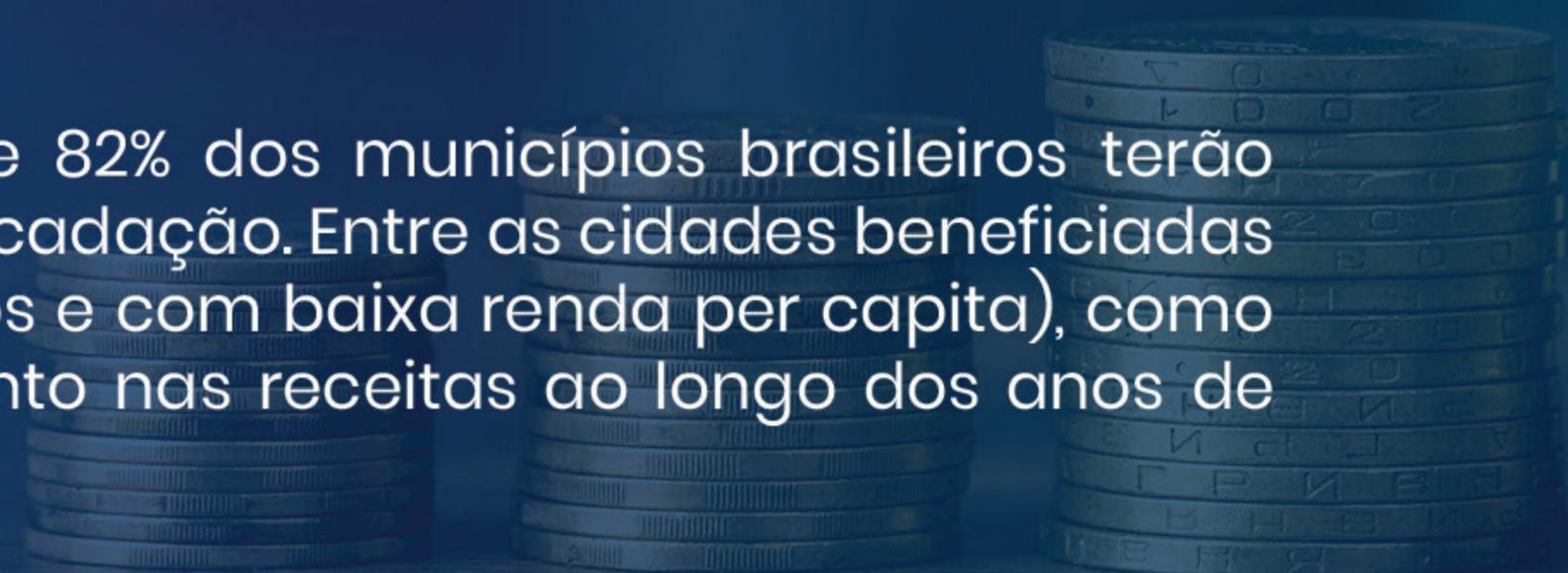


@profrobinsonguedes

Impacto da Reforma Tributária nas Receitas Municipais

5. Potencial Redistributivo da Reforma

Estimativas indicam que aproximadamente 82% dos municípios brasileiros terão ganhos de receita com a nova regra de arrecadação. Entre as cidades beneficiadas estão municípios do G100 (os mais populosos e com baixa renda per capita), como Ferraz de Vasconcelos, que verá um aumento nas receitas ao longo dos anos de transição.



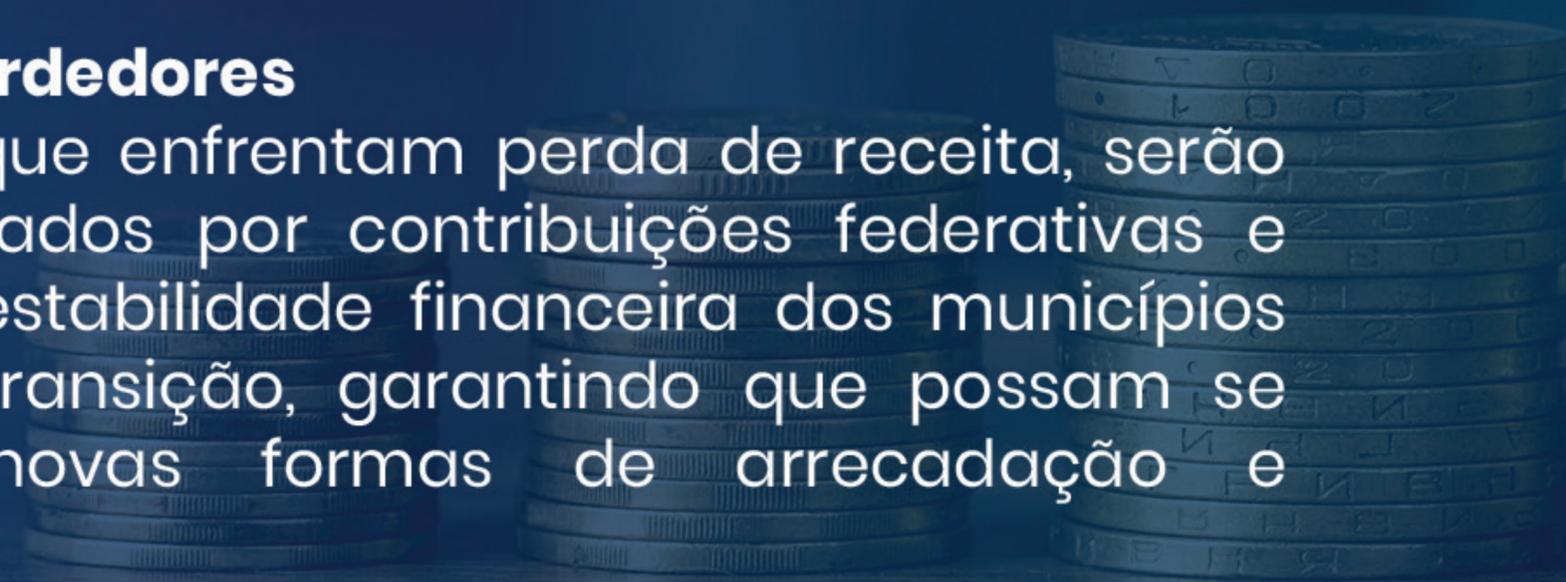


@profrobinsonguedes

Impacto da Reforma Tributária nas Receitas Municipais

6. Fundos de Compensação e Apoio para Perdedores

Para amenizar o impacto nos municípios que enfrentam perda de receita, serão criados fundos de compensação, sustentados por contribuições federativas e estaduais. Esses fundos visam manter a estabilidade financeira dos municípios produtores durante o longo período de transição, garantindo que possam se adaptar economicamente e buscar novas formas de arrecadação e desenvolvimento local.





@profrobinsonguedes

Impacto da Reforma Tributária nas Receitas Municipais

7. Reflexos para o Planejamento Municipal

Essa redistribuição de receitas exige que prefeitos e gestores municipais reavaliem suas estratégias fiscais e de investimento, priorizando políticas que incentivem o consumo local e promovam o desenvolvimento sustentável. A adaptação ao novo sistema tributário é crucial para que os municípios maximizem os benefícios da reforma, garantindo que os recursos adicionais sejam aplicados de forma eficaz na melhoria das condições de vida da população.



@profrobinsonguedes

Conselho Federativo do IBS

1. Estrutura e Composição do Conselho Federativo

O Conselho Federativo do IBS será uma nova entidade criada para administrar o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com gestão compartilhada entre estados e municípios, sem participação da União.





Conselho Federativo do IBS

2. Funções do Conselho Federativo

O conselho terá diversas responsabilidades essenciais para garantir a aplicação uniforme do IBS em todo o território nacional, incluindo:

Edição de Normas Infralegais: Estabelecimento de regras complementares para a aplicação do IBS, permitindo uma gestão harmoniosa entre os entes federativos.

Uniformização da Interpretação da Legislação: Definição e padronização de interpretações legais para evitar disputas e garantir consistência nas práticas fiscais entre estados e municípios.

Arrecadação e Distribuição de Receitas: Realização da arrecadação do IBS e distribuição dos recursos arrecadados entre os municípios e estados, de acordo com o princípio de destino.

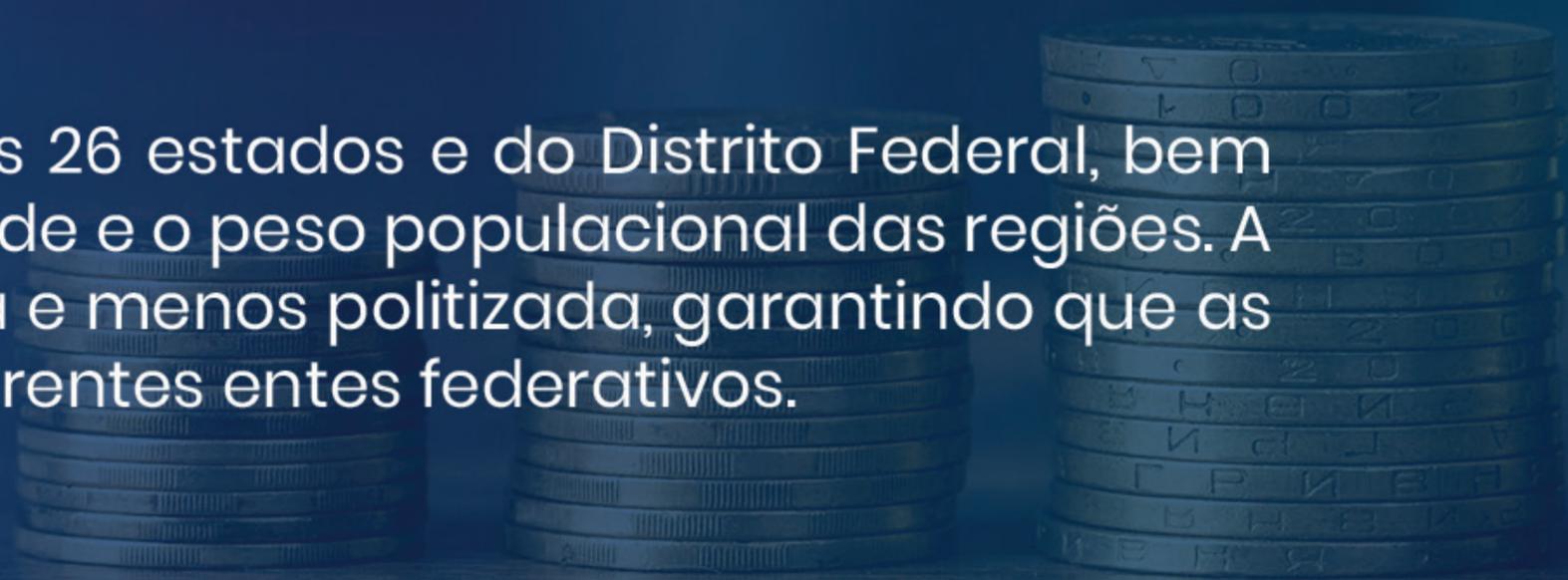
Contencioso Administrativo: Resolução de conflitos e disputas tributárias no âmbito administrativo, facilitando uma abordagem menos litigiosa e mais eficiente na gestão do imposto.



Conselho Federativo do IBS

3. Representação Equilibrada

O conselho contará com representantes dos 26 estados e do Distrito Federal, bem como de municípios, respeitando a diversidade e o peso populacional das regiões. A estrutura permitirá uma gestão mais técnica e menos politizada, garantindo que as decisões beneficiem equitativamente os diferentes entes federativos.



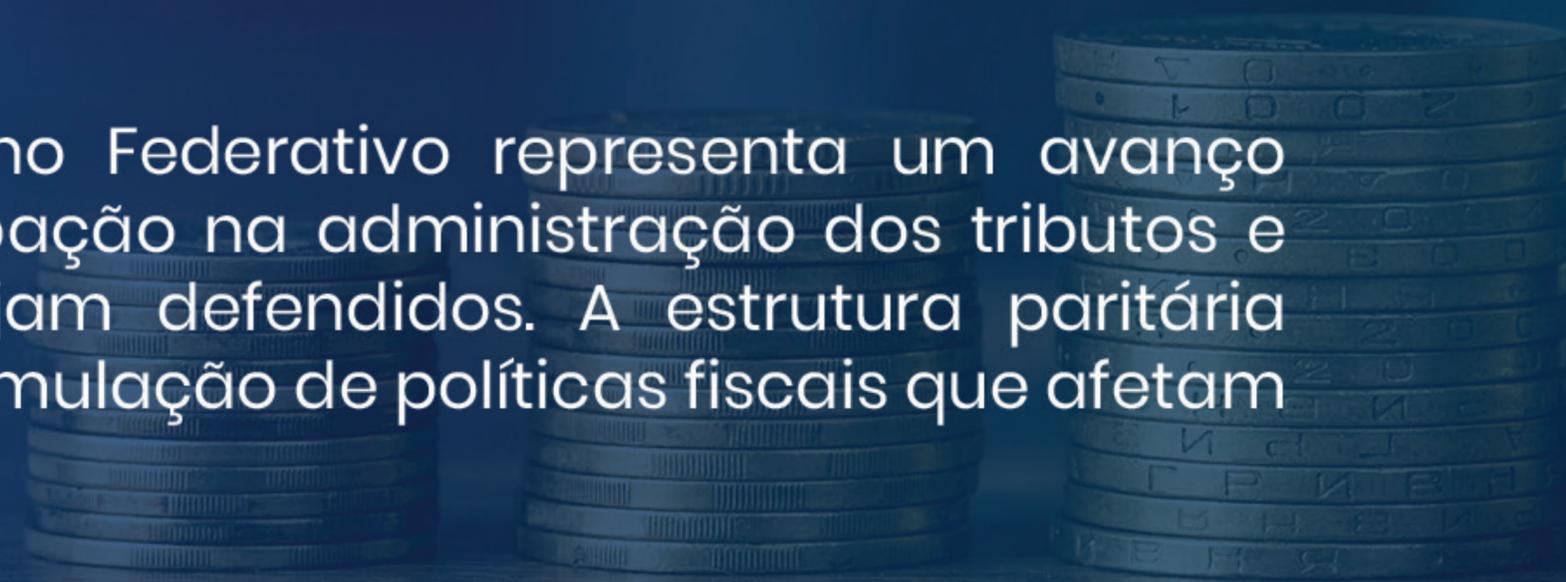


@profrobinsonguedes

Conselho Federativo do IBS

4. Importância para os Municípios

Para os municípios, a criação do Conselho Federativo representa um avanço significativo, proporcionando maior participação na administração dos tributos e assegurando que os interesses locais sejam defendidos. A estrutura paritária permite uma voz ativa dos municípios na formulação de políticas fiscais que afetam diretamente suas finanças.





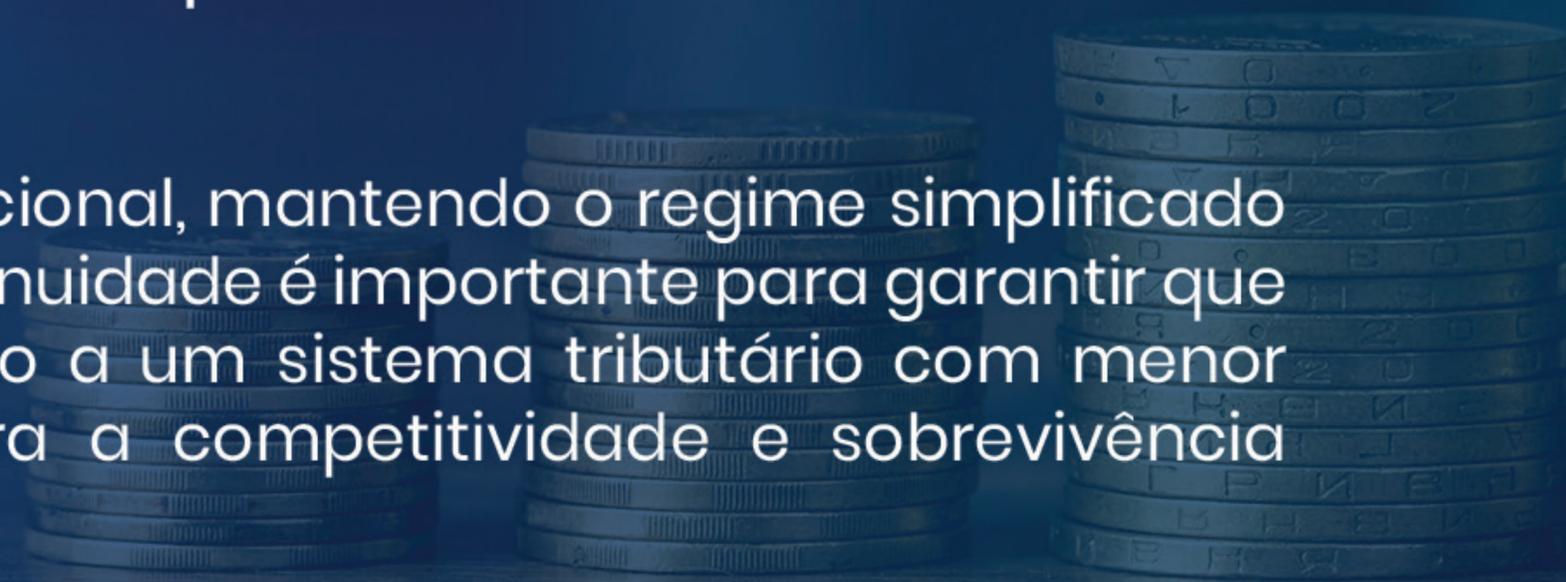
@profrobinsonguedes

Simple Nacional e Pequenas Empresas

Tratamento para Pequenas Empresas e o Simple Nacional com a Reforma

1. Manutenção do Simple Nacional

A Reforma Tributária preserva o Simple Nacional, mantendo o regime simplificado para micro e pequenas empresas. Essa continuidade é importante para garantir que pequenos negócios continuem a ter acesso a um sistema tributário com menor complexidade e burocracia, essencial para a competitividade e sobrevivência dessas empresas.





Simplex Nacional e Pequenas Empresas

2. Opções de Apuração para Pequenas Empresas

As empresas enquadradas no Simplex Nacional terão duas opções de apuração com relação ao IBS e CBS:

Apuração pelo Simplex: As empresas poderão optar por continuar no regime de apuração do Simplex, recolhendo os tributos de maneira simplificada e transferindo créditos tributários correspondentes ao valor recolhido.

Apuração pelo Regime Normal: Alternativamente, as pequenas empresas podem optar pelo regime normal de apuração do IBS e CBS, o que lhes permitirá transferir créditos integralmente, mantendo-se no Simplex para os demais tributos. Essa flexibilidade é vantajosa para empresas que desejam explorar benefícios tributários do novo sistema.

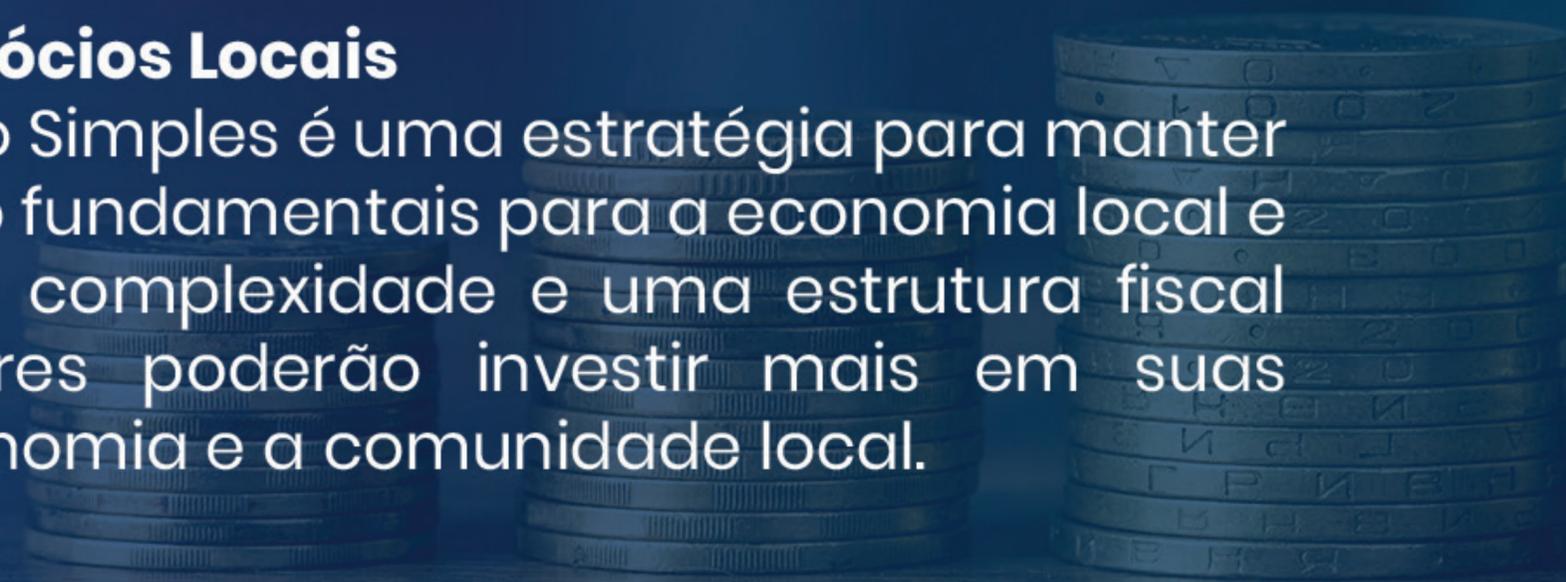


@profrobinsonguedes

Simplex Nacional e Pequenas Empresas

3. Impacto para Municípios e Pequenos Negócios Locais

Para os municípios, o tratamento especial ao Simples é uma estratégia para manter a vitalidade dos pequenos negócios, que são fundamentais para a economia local e para a geração de emprego. Com menos complexidade e uma estrutura fiscal simplificada, os pequenos empreendedores poderão investir mais em suas operações, beneficiando diretamente a economia e a comunidade local.



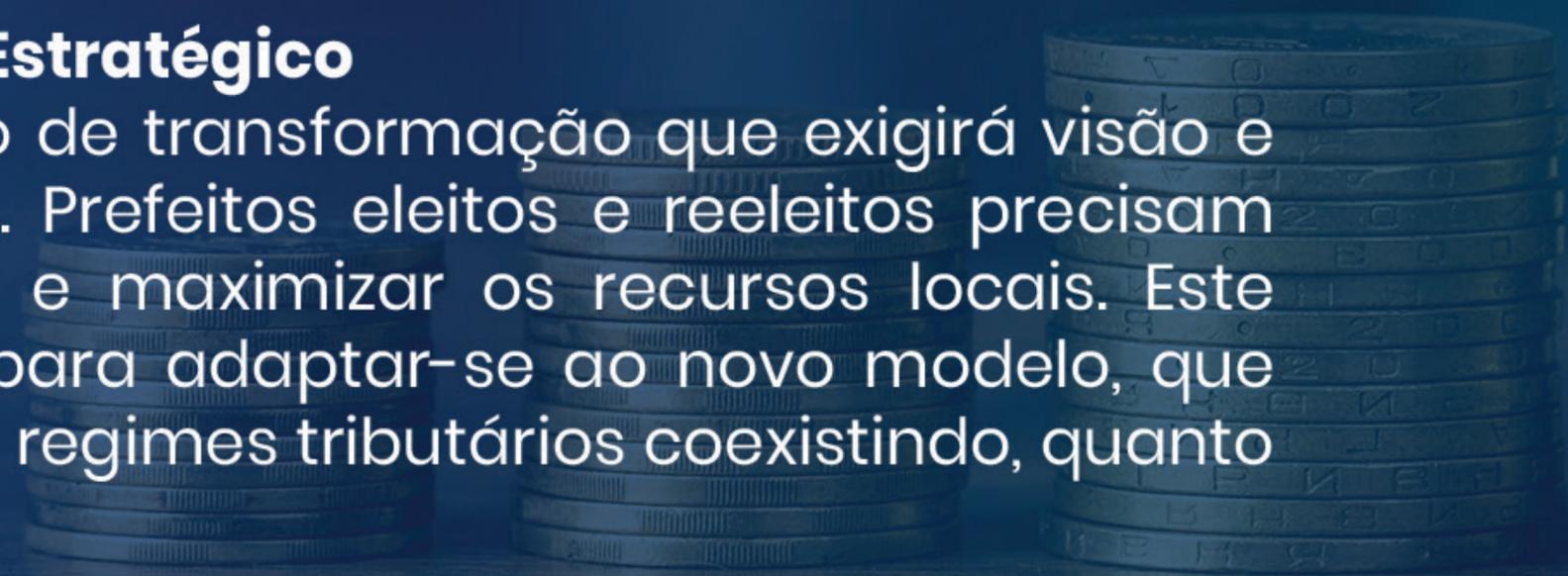


@profrobinsonguedes

Reflexos para Prefeitos e Planejamento

1. Necessidade de Planejamento Proativo e Estratégico

A Reforma Tributária representa um cenário de transformação que exigirá visão e adaptação das administrações municipais. Prefeitos eleitos e reeleitos precisam antecipar-se às mudanças para proteger e maximizar os recursos locais. Este momento demanda um olhar estratégico para adaptar-se ao novo modelo, que abrange tanto a fase de transição, com dois regimes tributários coexistindo, quanto a implantação completa do IBS e CBS.





Reflexos para Prefeitos e Planejamento

2. Gestão em um Contexto de Incerteza

Até 2033, os municípios enfrentarão um período de incerteza com a presença simultânea do novo e do antigo regime tributário. Isso significa que prefeitos e secretários de finanças deverão gerir suas receitas e despesas em um contexto dual, onde a transição para o novo sistema pode impactar diretamente a sustentabilidade financeira das prefeituras. A preparação e o monitoramento contínuo das finanças municipais serão essenciais para navegar com segurança durante essa fase.

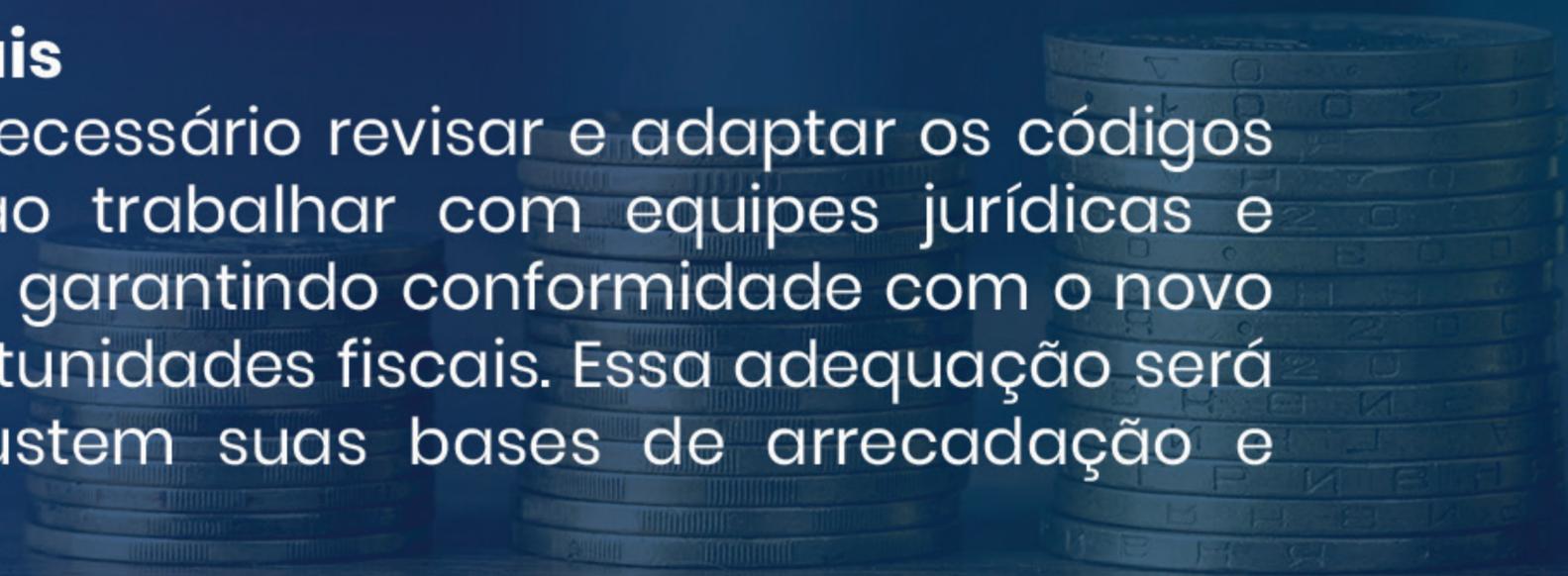


@profrobinsonguedes

Reflexos para Prefeitos e Planejamento

3. Revisão dos Códigos Tributários Municipais

Com o fim do ISS e a adoção do IBS, será necessário revisar e adaptar os códigos tributários municipais. Os gestores deverão trabalhar com equipes jurídicas e financeiras para atualizar a legislação local, garantindo conformidade com o novo sistema e aproveitando ao máximo as oportunidades fiscais. Essa adequação será determinante para que os municípios ajustem suas bases de arrecadação e adaptem-se à nova realidade tributária.





@profrobinsonguedes

Reflexos para Prefeitos e Planejamento

4. Importância da Cooperação Interdepartamental

Prefeitos precisarão integrar suas equipes de finanças, assuntos jurídicos e planejamento para acompanhar e implementar as mudanças impostas pela reforma. A formação de comissões internas dedicadas exclusivamente ao acompanhamento da Reforma Tributária dentro dos municípios é uma prática recomendada para assegurar que todos os departamentos estejam alinhados e informados sobre as atualizações e exigências.

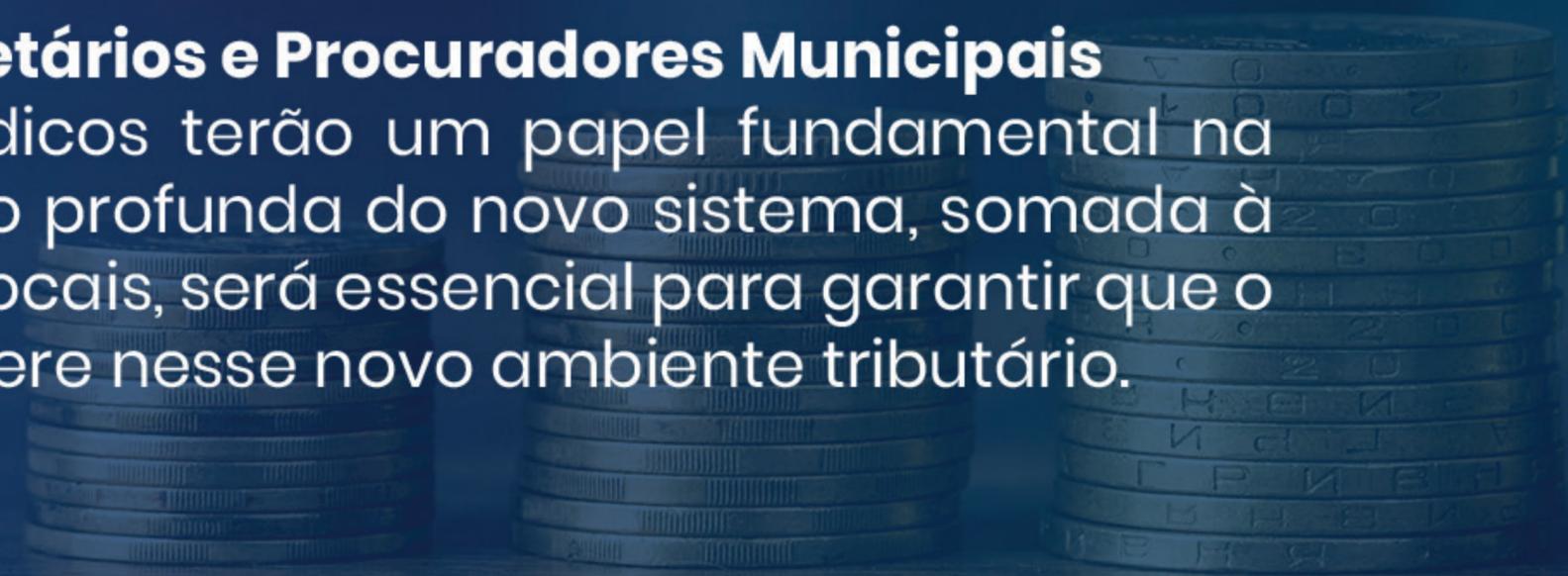


@profrobinsonguedes

Reflexos para Prefeitos e Planejamento

5. Fortalecimento da Participação dos Secretários e Procuradores Municipais

Os secretários de finanças e assuntos jurídicos terão um papel fundamental na implementação da reforma. A compreensão profunda do novo sistema, somada à capacidade de adaptá-lo às necessidades locais, será essencial para garantir que o município não apenas sobreviva, mas prospere nesse novo ambiente tributário.





@profrobinsonguedes

Conclusão e Futuro dos Municípios

1. Compromisso com um Novo Modelo de Desenvolvimento Municipal

A Reforma Tributária representa uma oportunidade única para redefinir o papel dos municípios no desenvolvimento socioeconômico do Brasil. A nova estrutura tributária permitirá que as cidades se fortaleçam, especialmente as que antes sofriam com recursos limitados. Prefeitos e gestores devem encarar a reforma não apenas como um desafio, mas como um catalisador para o crescimento local e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

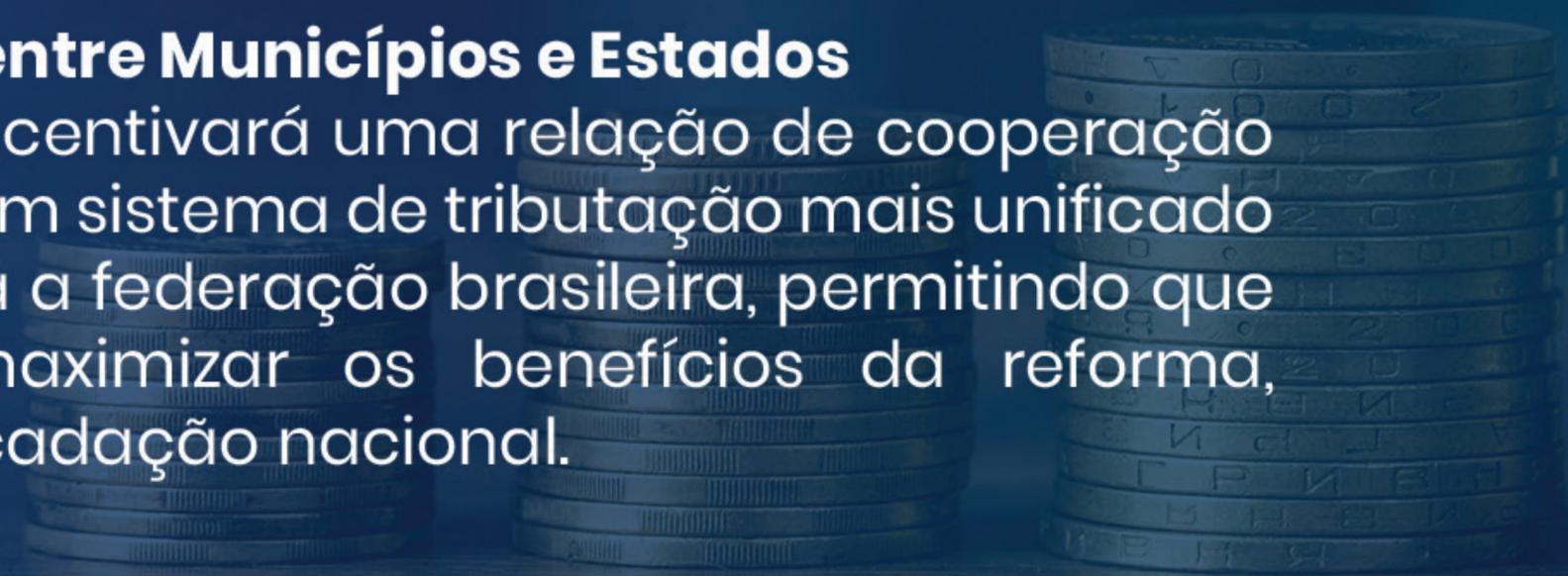


@profrobinsonguedes

Conclusão e Futuro dos Municípios

2. Uma Nova Era de Cooperação e Parceria entre Municípios e Estados

A estrutura do Conselho Federativo do IBS incentivará uma relação de cooperação entre estados e municípios, estabelecendo um sistema de tributação mais unificado e coordenado. Esse novo modelo fortalecerá a federação brasileira, permitindo que os municípios trabalhem juntos para maximizar os benefícios da reforma, garantindo a todos uma parte justa da arrecadação nacional.



Muito Obrigado!

Conteúdos Diários



@profrobinsonguedes



@professorrobinsonguedes



Robinson Guedes

escaneie o QRCode
e acesse todas as redes

